

# NOTAS SOBRE GÊNERO, UMA QUESTÃO TEÓRICA E METODOLÓGICA

Sírio POSSENTI

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) / CNPq / FesTA

## RESUMO

O trabalho parte da premissa de que as pesquisas em texto e discurso estejam submetidas à “intenção de verdade”, e que, portanto, hipóteses alternativas devem ser consideradas e “testadas”, em vez de serem desconhecidas pelo fato de provirem de outras teorias. Concretamente, discute a aplicação do conceito recente de intergenericidade a certos fenômenos textuais, que considera equivocada à luz de Bakhtin, no interior de cuja teoria do gênero, no entanto, estaria inscrito. Propõe que a alternativa proposta por Maingueneau, o conceito de cenografia, explica melhor os fenômenos em questão e que, portanto, ou deve ser adotado ou contestado.

## ABSTRACT

*In this paper, I start with the premise that scientifically sound research on text and discourse commits researchers to the intention of being truthful. As a result, researchers who are aware of any alternative accounts of the discourse and text facts they are handling should be eager to evaluate seriously these alternative accounts, instead of dismissing them for having emerged in rival theories. One instance of the wrong attitude concerns the usage of the concept of “inter-genericity” nowadays widespread among discourse and text researchers. This concept is misleading, and contrary to the opinions of its users, it is not an outcome of Mikhail Bakhtin’s seminal theories on gender. I argue that the facts that are allegedly explained by intergenericity, can be accounted for in a more satisfactory way by the idea of “scenography”, worked out by D. Maingueneau. I conclude that discourse and text linguists if they are committed to truth, should turn to the concept of “scenography”, in order to adopt it or to prove it wrong.*

## PALAVRAS-CHAVE

*Cenografia. Gênero. Intenção de verdade. Intergenericidade.*

## KEYWORDS

*Gender. Intention of being truthful. Inter-genericity. Scenography.*

## Introdução

Este artigo se divide em quatro partes. Em primeiro lugar, fixa uma posição relativamente à seguinte alternativa: os resultados das pesquisas levadas a efeito em ciências humanas devem “demonstrar” suas teses, considerando dados ou fatos de diversas ordens, ou basta que estes as ilustrem, funcionando apenas como novas garantias da adequação das teorias? Se houver exigência de “demonstração”, ela se aplica às teorias do texto e do discurso, ou, nestes casos, trata-se apenas de “interpretação”?

Em segundo lugar, apresenta sumariamente uma “teoria da leitura”, que, por um lado, justifica (descreve?) o comportamento típico dos estudiosos da linguagem (e também de outros), mas que, por outro lado, expõe um possível abuso, que pode ser questionado tanto em termos teóricos, quanto, eventualmente, em termos éticos (no caso de as condições tornarem possível adotar outras estratégias que, no entanto, não são adotadas). Este quadro ambíguo pode implicar a avaliação de que determinadas pesquisas são marcadas por uma “intenção de verdade”, enquanto outras se caracterizam basicamente como divulgadoras ou defensoras de convicções, filosóficas ou ideológicas, cujo fundo (seu “impensado”) não é explicitado nem apresentado como parte das teses ou hipóteses fundamentais da teoria.

Em terceiro lugar, apresenta duas leituras do clássico Bakhtin (1992), que “comprovam” que as leituras são como são por razões que podem ser identificadas (não são meros equívocos) e que, sendo assim,

pode haver abusos, como valer-se de autores de prestígio sem pagar o preço do rigor. Acrescenta a notícia de uma proposta de análise de um determinado fenômeno (chamado intergenericidade, hibridização ou mescla de gêneros) que se dissemina cada vez mais. Defende que tal proposta está em desacordo com as teses de Bakhtin, embora se apresente eventualmente como fundada nelas.

Em quarto lugar, expõe uma solução alternativa (baseada no conceito de *cenografia*), que tem sido proposta para o referido problema. Defende que tal solução dá conta dos casos de “intergenericidade” típicos, dispensando este o conceito. Além disso, dá conta de outros, nunca considerados por essa proposta, além de explicar por que tais casos ocorrem abundantemente em certos campos, são pouco numerosos em outros, mas nunca ocorrem em terceiros, ou, nestes, não passam de casos mais ou menos anedóticos. Advoga-se que, sendo assim, a segunda solução deveria ser adotada no lugar daquela, que se tornou corrente, ou, então, que deveria ser refutada. Mesmo refutada, no entanto, poderia eventualmente continuar sendo adotada pelo fato de dar conta de mais casos (por ter maior conteúdo empírico) do que a solução concorrente, conforme preconiza Lakatos.

O pano de fundo do trabalho decorre da adesão à tese de Dascal (1994), que ele ilustra fartamente, segundo a qual o “progresso” do conhecimento (que, frequentemente, consiste na eliminação de erros) se deve em boa medida às controvérsias. A própria possibilidade de ocorrerem controvérsias é uma forma de avaliar se há “intenção de verdade” ou se se trata de outra coisa (por exemplo, de apenas defender uma ideologia ou filosofia).

A explicitação desta “crença” deveria significar também que a crítica que aqui se fará a determinada posição deve ser lida como uma homenagem aos que a propõem, na medida em que é tomada como representativa de uma posição no campo. Se a crítica for lida apenas como “ataque”, esta seria uma evidência de que a “intenção de verdade” não orienta essas pesquisas.

## 1. Intenção de verdade

Este trabalho se inscreve em uma vertente, internamente muito diversificada, que acredita na verdade<sup>1</sup>, vale dizer, que aceita que há uma diferença crucial entre “análises” meramente subjetivas ou ideológicas e análises que levam em conta os “fatos”, com base em algum método que possa ser compartilhado e “aplicado” aos mesmos dados ou a outros, relevantes para as mesmas teses, por outros pesquisadores. Não ignora que qualquer desses termos ou conceitos é passível de interpretações diversas - e, especialmente, de leituras na forma de simulacro, no sentido de Maingueneau (1984)<sup>2</sup>. Aceita que há diferenças radicais entre ciência e crendice e que há hipóteses mais solidamente sustentadas do que outras. E que há diferença entre pesquisas cujo objetivo é descobrir a verdade (ou mais verdade) e pesquisas que visam apenas a “defender o patrão”, por mais que naquelas haja ideologia e nestas, alguma verdade.

Não desconhece que muito do que se fez em nome da ciência pode ser empulhação, o que não implica que é indiferente um enunciado ser científico ou religioso ou místico, nem que qualquer hipótese possa levianamente ser declarada falsa ou verdadeira em relação a um conjunto especificado de dados ou fatos sem que se leve a efeito uma análise consistente.

No que se refere às ciências humanas, considera adequada a apresentação dos problemas e das possíveis soluções expostas em Löwy (1987), obra que apresenta, sucessivamente, os avanços e os limites das teses positivistas, historicistas e marxistas. Os elementos fundamentais são a intenção de verdade (que caracteriza, em maior ou menor grau, as

<sup>1</sup> Leituras apressadas que seguiriam novos “paradigmas”, ditos pós-modernos, cochichariam que incluir a questão da verdade em textos como este é sintoma de atraso...

<sup>2</sup> Tal procedimento ocorre frequentemente, em especial em polêmicas de fundo ideológico, e consiste em ler o discurso do Outro a partir da semântica do discurso do “leitor”. Por exemplo, o que para um discurso é uma manifestação é lido pelo outro como desordem; ou, para repetir um caso clássico, no Brasil, o que é “ocupação” para o MST é lido como “invasão” pelo seu Outro. Simulacros ocorrem também em polêmicas entre teorias, especialmente no âmbito das Ciências Humanas.

teorias e os pesquisadores, conforme seus compromissos ideológicos) e a historicidade das teorias (que só podem ser propostas e verificadas em determinadas conjunturas, e suas respostas dependem em boa medida dessas mesmas conjunturas). As teorias são implementadas por “especialistas” (profissionais “da verdade”), que adotam hipóteses e métodos públicos<sup>3</sup> e cujos resultados podem ser debatidos (é a essência da controvérsia). Embora tais características não garantam “a verdade”, podem garantir pelo menos verdades parciais, as verdades possíveis. Não se trata de defender nem a verdade total, nem que ela seja simplesmente “encontrada”, e muito menos de aderir às teses que defendem que a verdade se define pela correspondência entre enunciados e fatos.

Rejeitam-se as teses relativistas (decorrentes de leitura superficial do historicismo – eis um caso de simulacro...) e as “leituras” subjetivas, por serem insustentáveis em relação aos fatos. Especialmente, rejeitam-se que todos os problemas sejam de natureza idêntica e que quaisquer explicações tenham o mesmo grau de (in)adequação.

Em suma, aceita-se que a pesquisa só faz sentido quando se aceita que soluções diferentes possam ser avaliadas com alguma objetividade. E que as melhores soluções deveriam ser aceitas, ou, pelo menos, que deveriam ser consideradas. Talvez não haja em todos os domínios de investigação a possibilidade de propor “experimentos” cruciais, cujo efeito é, em determinadas conjunturas, o de levar ao abandono de certas hipóteses (como a tese de que o responsável pela combustão é o flogisto ou que a natureza tem menos horror ao vácuo no nível do mar do que na montanha).

A história da ciência mostra que, apesar de, nas controvérsias, estarem envolvidos ingredientes diversos e de natureza diversa, inclusive “crenças”, os fatos têm um papel decisivo. Em poucas palavras, pode-se dizer que é extremamente difícil que alguém abandone suas crenças (no

---

<sup>3</sup> A definição de disciplina por Foucault (1971) é adequada para esta concepção, até porque representa um avanço em relação a uma velha concepção de ciência, à qual bastaria ter objeto e método.

inatismo ou no culturalismo, por exemplo), a não ser que algum dado se constitua em argumento extremamente convincente em favor de uma das teses em confronto. Daí a importância de os dados ou fatos não serem meras ilustrações das teorias, mas de as colocarem em confronto aberto e provocar, assim, eventualmente, como consequência, o abandono de uma teoria ou explicação, mesmo que isso não implique adesão a outra teoria e a outra solução, mesmo que provisória.

Se se pedisse para mencionar um nome para representar a posição assim caracterizada, este seria o de Michel Foucault, que se declarava e foi descrito como “positivista”, exatamente por desprezar os conceitos “universais”, sem, no entanto, muito pelo ao contrário, desprezar os conceitos (ver ROUDINESCO, 2007). Os conceitos, para a vertente em que se inscreve, são concebidos como gerais, sem que sejam universais (eternos, *a priori* etc.). Outro traço crucial de seus trabalhos é a absoluta consideração pelos fatos, pelos documentos, bom historiador que foi. Em suma: nenhum idealismo, nenhum subjetivismo.

Outras teses aparentadas são a de Darnton (2004), que defende que a verdade histórica nunca é atingida, mas que se pode chegar (mais) perto dela por meio de muitas narrativas e a de Paserron (2006), para quem a científicidade das ciências humanas se constrói em um espaço não popperiano, isto é, não universal, portanto, não universalmente “refutável”, mas que permite e admite diversas aproximações; segundo ele, o critério de verdade se funda no controle empírico, efeito da multiplicação de operações comparativas. Acrescente-se Löwy (ibidem), que propõe que não se considere a verdade como o reflexo de um espelho, mas como a pintura de uma paisagem: o grau de “verdade” da pintura depende tanto do posto de observação do cientista (sua tomada de posição teórica, e até ideológica, porque a ideologia não só oculta, também revela) quanto de sua habilidade como pintor (sua competência profissional). Estas teses são praticamente equivalentes, isto é, são diferentes aproximações da questão da verdade em ciências

humanas. Além disso, excluem uma, eventualmente considerada a única “científica”: a aplicação do princípio popperiano, considerado válido, mas apenas para as ciências exatas.

Exemplifiquemos (com uma espécie de experimento mental). Suponham-se dois analistas de campanhas ou de governos, comprometidos com diferentes projetos. Cada um deles realçará as virtudes de um e os defeitos de outro. As quatro análises têm mais probabilidade de aproximar-se da verdade do que cada uma delas isoladamente. Não por serem quatro, mas por serem feitas de pontos de vista diferentes. As quatro pinturas, ou aproximações, produzem mais verdades do que cada uma delas, embora nenhuma delas seja isenta, isto é, totalmente independente do ponto de vista do analista (supus que ambos sejam competentes; afinal, estou no campo da ficção...).

No que se refere a pesquisas e avaliações no campo das ciências exatas, vale mencionar Hellman (1998) e Crease (2003), que expõem fatos cruciais da história da ciência, até porque as faces “humanas” dos cientistas não são escamoteadas, eles não são idealizados. São “duros na queda”, egoístas, pretensiosos, mas são geniais inventores, não só de teorias, mas também de experimentos. Como exemplo de obra a não ser seguida, cito Rojo (2011), que vê hipóteses científicas e soluções de problemas cruciais da física onde certamente não houve nada disso. No caso, em contos de Borges.

## 2. Política de citação

Alguém poderia imaginar que a quantidade de citações que se fazem em um trabalho depende da competência do autor/citador (como ele é erudito! leu tudo!). Na verdade (é um fato empírico facilmente comprovável!), os autores seguem uma política que pode ser assim resumida: citam-se só as teses e os autores “a favor”. Quando os “contrários” são citados, isto se deve a uma só razão: o trabalho se

destina a refutá-los, ou, simplesmente, a dizer que fazem o papel dos equivocados ou ingênuos ou comprometidos com posições inaceitáveis. Eventualmente, são reduzidos a enunciadores de uma só tese, simplificada (um simulacro!), aquela diretamente visada ou a mais claramente criticável, seja a partir de fatos, seja a partir de posições teórico-ideológicas (é um positivista; ou um marxista). O fenômeno é ainda mais claro quando, em vez de citar os autores originais – nos dois sentidos –, citam-se manuais de divulgação (ou só os próprios professores). Mas mesmo isto é decorrente de uma política.

Esta tese é exemplarmente apresentada em Maingueneau (1984). O autor a propõe para explicar aspectos de discursos ideológicos (no caso, religiosos). Mas não seria difícil mostrar que o mecanismo funciona em todos os campos. Uma investigação ligeira nos trabalhos inscritos nas diversas teorias linguísticas, por exemplo, mostra claramente a distribuição complementar dos autores citados. Os extremos são os obrigatórios e os proibidos. Não se trata, evidentemente, de censura ou de imposição, embora não faltem fofocas sobre negociação de citações, especialmente quando a quantidade é critério relevante para obter financiamentos ou promoções.

A tese pode facilmente ser ilustrada. Retomo, primeiro, exemplos de Maingueneau: jansenistas só citam a Bíblia e os Padres da Igreja (quanto mais próximos de Cristo, melhor); já os humanistas devotos citam, além dos textos “sagrados”, qualquer texto filosófico ou científico (proibidos para os jansenistas). Ambas as comunidades fazem isso condicionadas pela semântica global de suas formações discursivas. Maingueneau acrescenta fatos, para mostrar que não se trata de caso isolado, mas de uma injunção discursiva. Por exemplo, Althusser privilegia *O capital*, deixando de lado o jovem Marx etc. Podemos acrescentar que analistas de discurso não citam psicólogos e que linguistas de texto não citam psicanalistas. Analistas de discurso praticamente não citam Freud, só Lacan e seus seguidores mais diretos. Os economistas citados pelos tucanos não são

os citados pelos petistas, e vice-versa. Todas estas “decisões” escapariam aos enunciadores. São condicionadas pelo discurso.

Podemos acrescentar casos que poderiam até parecer anedóticos, mas que confirmam a lei: o pastor Silas Malafaia “espalha” out-doors com versículos bíblicos que combatem a homossexualidade (“Deus os fez macho e fêmea”), mas não faz o mesmo com “não julgueis para não serdes julgados” ou “amai-vos uns aos outros”...

## 2.1 Citando Bakhtin

O princípio vale, obviamente, para as citações de Bakhtin sobre o conceito de gênero. Pode-se resumir a questão da seguinte maneira, embora ela possa parecer redutora ou embora possa ser amainada aqui ou ali:

- *A linguística de texto tenderá a citar – ou a privilegiar - passagens que se referem à forma composicional, enfatizando sua regularidade ou fixidez. Sua escala é forma composicional > campo > estilo.*
- *A(s) análise(s) do discurso tenderá(ão) a citar – ou a privilegiar - o campo, e a inscrever nele a forma composicional, condicionando a maior ou menor fixidez composicional do gênero ao campo. Sua escala é tema > forma composicional > estilo<sup>4</sup>.*

Para ilustrar a tese, vou levar em conta fundamentalmente Maingueneau (2006), de um lado, e Koch e Elias (2006), de outro. Antes, porém, menciono dois trabalhos que se referem ao gênero e que não se inscrevem nem na AD nem na linguística textual, em termos mais estritos<sup>5</sup>.

Fiorin (2005) afirma que “os gêneros são organizações relativamente estáveis *caracterizadas por uma temática, uma forma composicional e um estilo.*

<sup>4</sup> “Tema” tem a ver com “campo” (ou esfera). Ver, logo a seguir, a citação de Fiorin (2005)

<sup>5</sup> Ambos são considerados, antes de mais nada, semioticistas. A menção a seus nomes é para argumentar que a leitura de Bakhtin por semioticistas se aproxima da dos analistas do discurso, não dos linguistas de texto.

A temática não é o assunto de que trata o texto, mas é a esfera de sentido de que trata o gênero” (p. 102). A citação é uma retomada fiel do primeiro parágrafo de Bakhtin (1992), que é um interessante sumário do longo artigo.

Pessoa de Barros (2011: 256), falando dos discursos intolerantes, afirma que eles “... não constituem um gênero textual ou discursivo, pois, para definir um gênero, é necessária a estabilidade de composição, de temática e de estilo, no âmbito de uma dada esfera de ação (religiosa, midiática, escolar, familiar etc.)”. Como se vê, há referência à estabilidade da composição, mas condicionada à esfera a que pertence o gênero.

As citações<sup>6</sup> ecoam o início do famoso texto de Bakhtin sobre gênero:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (...). Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais mas, acima de tudo, por sua construção composicional. Todos esses três elementos (...) estão indissoluvelmente ligados no todo do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo de utilização da língua elabora seus **tipos relativamente estáveis** de enunciado, os quais denominamos **gêneros do discurso**. (p. 261-262). (negritos meus, insistindo especialmente que, mesmo a construção composicional está indissoluvelmente ligada ao campo).

---

<sup>6</sup> Nenhum dos autores está fazendo AD; nem LT. Ambos são conhecidos semioticistas e “leitores” de Bakhtin...

Ambos os autores mencionam o traço da estabilidade do gênero, mas a condicionam ao campo ou esfera. Maingueneau (1998) menciona este traço apenas ao final de uma lista relativamente longa de características dos gêneros. Sua doutrina é que “todo texto pertence a uma categoria de discurso, *a um gênero de discurso*” (p. 59). Vale repetir: primeiro, a uma categoria (um campo, um tipo), depois a um gênero. Segundo o autor, os locutores dispõem de muitos termos para designar os gêneros, o que mostra que as definições se apoiam em critérios heterogêneos (*ibidem*). As categorias variam em função das atividades dos sujeitos: um comprador de livros pode não seguir os critérios do livreiro, por exemplo. Os jornalistas podem fazer classificações que outros não seguem. Assim, as categorias respondem a critérios da vida quotidiana (o que tem a ver com o discurso ser uma prática, não apenas um conjunto de textos...), que o analista não pode ignorar, embora não precise aceitar, se quiser elaborar análises rigorosas.

Outras afirmações do autor comprovam que não privilegia a forma textual do gênero. Afirma que esses dispositivos de comunicação só podem aparecer em certas condições históricas. O relatório de estágio, por exemplo, supõe a existência de empresas e de estudantes que buscam experiência profissional; o *fait divers* só aparece em sociedades em que há imprensa escrita (p. 61). Em seguida, subordina explicitamente os gêneros aos tipos (conceito que, no caso, corresponde ao de campo): o *talk show* é um gênero de discurso no interior de um tipo “televisivo”, que, por sua vez, pertence a um conjunto mais vasto, o “tipo” (campo) midiático (*ibidem*).

Cita uma passagem de Bakhtin (1992) na qual a ênfase está na “utilidade” dos gêneros, o que equivale a pôr em primeiro plano sua estrutura composicional: “ao ouvir a fala do outro, sabemos logo, desde as primeiras palavras, descobrir seu gênero, adivinhar seu volume, a estrutura composicional usada (...). Se (...) não existissem e se não tivéssemos domínio deles e fôssemos obrigados a inventá-los a cada vez no processo da fala (...) a troca verbal seria impossível” (p. 63). Observe-

se, no entanto, que o gênero é “descoberto”, com base em sua forma, quando se ouve a fala do outro: ou seja, em uma “situação”, em uma esfera ou campo.

Mais adiante, afirma que “os gêneros de discurso não podem ser considerados como formas que se encontram à disposição do locutor a fim de que este molde seu enunciado nessas formas. Trata-se, na verdade, de atividades sociais, que, por isso meso, estão submetidas a um critério de êxito” (p. 65). Eles têm uma finalidade reconhecida (estamos fazendo o quê?), os parceiros têm um estatuto legítimo (uma “aula” não é aula se não houver professor e alunos), um lugar e momento legítimos (julgamentos ocorrem no tribunal, missas, em igrejas), uma periodicidade (telejornais são diários, pronunciamentos governamentais são mais raros), tipos diferentes de continuidade (piadas são contadas e ouvidas de uma só vez, romances são tipicamente lidos aos poucos; contos e artigos científicos podem ser lidos em qualquer ordem, se reunidos em um volume), uma duração presumida (o jornal dura um dia, a revista, uma semana), um suporte típico (romances são livros, nunca são editados em *out-doors*) e, finalmente, uma organização textual (p. 65-68, *passim*). Como se pode verificar, a ênfase nunca éposta na forma, na estrutura composicional.

Já Koch e Elias (p. 101-2) introduzem o capítulo sobre gêneros textuais da seguinte maneira:

No processo de leitura e construção de sentido dos textos, levamos em conta que a escrita/fala *baseia-se em formas padrão e relativamente estáveis de estruturação* (ênfase minha, SP) e é por essa razão que, cotidianamente, em nossas atividades comunicativas, são incontáveis as vezes em que não somente lemos textos diversos como também produzimos e ouvimos enunciados tais como: ‘escrevi uma carta’, ‘recebi um e-mail’ (...), ‘a piada foi boa’...” (p. 101).

Em seguida (p. 101-102), assinalam que os gêneros, sendo práticas sociocomunicativas, são dinâmicos e sofrem variações em sua constituição, que podem resultar em novos gêneros. Observe-se que não está ausente a menção ao fato de serem práticas sociocomunicativas, mas vale assinalar que nunca se menciona o campo, e que o resultado histórico mencionado são novos gêneros: o *e-mail* e o *blog* seriam variações ou transmutações da carta e do diário, propiciadas por invenções tecnológicas (a mudança diz respeito mais ao suporte do que ao campo).

A seguir, citam a seguinte passagem de Bakhtin:

Para falar, utilizamo-nos sempre dos gêneros do discurso, em outras palavras, todos os nossos enunciados dispõem de uma forma padrão e relativamente estável de estruturação de um todo. Possuímos um rico repertório de gêneros do discurso orais (e escritos). Na prática, usamo-los com segurança e destreza, mas podemos ignorar totalmente a sua existência teórica (BAKHTIN, 1992: 301-2). (ênfase das autoras)

De novo, a ênfase recai sobre a forma do texto<sup>7</sup>. A menção às práticas diz respeito à segurança e destreza dos locutores, não à inserção do gênero em um campo. A continuação do texto confirma esta perspectiva. As autoras afirmam que “o gênero pode ser assim caracterizado”, segundo a teoria bakhtiniana:

“São tipos relativamente estáveis de enunciados presentes em cada esfera de troca (...). Além do plano composicional, distinguem-se pelo conteúdo temático e pelo estilo. Trata-se de entidades escolhidas, tendo em vista as esferas de necessidade temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou a intenção do locutor...” (p. 106-107).

---

<sup>7</sup> É a versão que tem ido à escola, infelizmente...

Esta forma de expor as características do gênero apresenta Bakhtin de maneira invertida, privilegiando a relativa estabilidade do gênero, e deixando em segundo plano as esferas. Ora, para Bakhtin (e para as leituras discursivas do autor, como mostrado acima), a relação é inversa: é apenas no interior de um campo que um gênero adquire uma estabilidade composicional relativa (e um estilo próprio). Segundo Maingueneau, um *talk show* é o que é não por sua forma, o que não quer dizer que não tenha uma, mas pelo fato de ser veiculado por TV, ou seja, em decorrência de pertencer a um campo ou tipo de discurso. Se uma conversa “idêntica” ocorresse em outro ambiente – numa visita doméstica ou num bar – ele não seria um *talk show*.

Por enquanto, diria que não se trata de dizer que há intérpretes de Bakhtin melhores do que outros (eventualmente, mudarei de posição no final). Insisto na tese segundo a qual a citação de um autor ou de um texto ou de um trecho é decorrente da posição teórica ou ideológica do discurso que os cita.

### **3. Intergenericidade: um conceito duvidoso**

Muitos textos não se concretizam naquela que seria a forma composicional prototípica de um gênero, isto é, aquela que estamos acostumados a encontrar como tal num certo campo. Há convites de casamento em formato de notícia de jornal; pedidos de casamento em forma de requerimento; poemas em forma de receita; sentenças judiciais em forma de cordel (poucas, mas há); propagandas com diversos formatos (de experiência científica, de conversa entre amigos, e até mesmo apresentando as propriedades de um produto e sugerindo sua aquisição...!!), afora romances em forma de diário ou sequências de cartas, e obras filosóficas em forma de diálogo ou de sequências de aforismos “soltos”... O fenômeno tem sido qualificado de intergenericidade ou de transgressão de gênero. Seria um tipo de intertextualidade. O fato obriga

os analistas a encarar dois problemas, um empírico e outro teórico ou metodológico.

Vejamos como a questão é formulada em Koch e Elias. Nas páginas 111 e 112, apresentam dois “textos” que não se caracterizam por terem a forma composicional prototípica: o texto 1 é uma notícia composta de duas fotos (mãe e filha) e, embaixo, um pequeno texto que informa que saíram do hospital, e que a mãe teve que escolher uma das filhas para receber seu rim. O texto 2 tem o formato de uma receita: começa com “Ingredientes” (três filhas com problema renal; uma mãe que tem só dois rins; um hospital; um médico etc.) e segue com “Modo de fazer” (pegue as filhas, leve-as ao médico..., pegue a mãe e dê a notícia..., aguarde um certo tempo etc.). Parece ser outra forma de narrar o caso mencionado, uma notícia, portanto, mas as autoras dizem que é um artigo de opinião (questão irrelevante, aqui)<sup>8</sup>.

As autoras observam, em seguida, que esta estrutura composicional é incomum no jornal. Segundo as autoras, aqui são mobilizadas *duas formas composticionais*: um artigo de opinião e uma receita. A seguir, retomam a exposição das características do gênero, que, interessantemente, inicia mencionando as práticas sociais<sup>9</sup>, continua com a afirmação de que os gêneros têm um estilo, que não são rígidos e estanques e, finalmente, que não se definem por sua forma, mas por sua função (p. 113).

Parece uma leitura mais adequada do texto de Bakhtin. E é claramente diferente da apresentada anteriormente. Mas, logo em seguida, o texto 2 é analisado como um caso de hibridização ou mescla de gêneros, isto é, de um gênero que assume a forma de outro. A descrição é correta, a meu ver: o artigo de opinião assumiu o formato de receita (isto é, não tem o formato típico dos artigos de opinião), mas continuou sendo, *por sua função*, um artigo de opinião. Ocorre que, logo acima, as autoras tinham afirmado, sobre o mesmo texto, que nele “são mobilizadas duas formas

<sup>8</sup> Um artigo de opinião geralmente ocupa um determinado espaço em um jornal, e, eventualmente, é apresentado em outro corpo tipográfico etc. que o distingue de uma notícia, mesmo que tenha a forma de uma notícia...

<sup>9</sup> Cita-se Chico Filho; aparentemente, esta ordenação se deve à leitura de Bakhtin por este autor.

composicionais para fazê-las funcionar simultaneamente, superpostas uma à outra” (p. 113).

Mas onde estão as duas formas compostionais? Só há uma *forma*: a de receita. O que faz com que se trate de artigo de opinião (ou de notícia) não tem mais nada a ver com sua forma compostional, mas apenas com a função<sup>10</sup>.

A mesma análise ocorreu páginas antes (p. 103-104): as autoras analisaram uma propaganda apresentada em forma de palavras cruzadas: “estamos diante do gênero propaganda sob a forma de outro gênero: palavras cruzadas”. Nesta análise, e também na anterior, há uma mistura de critérios. Ou bem o gênero se define por sua função (como assumido antes por elas mesmas, e que é a tese de Bakhtin) ou por sua forma (uma implicação de sua análise do texto, e que não corresponde à tese de Bakhtin).

Nesta obra, o gênero ora é caracterizado segundo um critério, ora segundo outro. Mas, objetivamente, nos casos em questão, só há um gênero: num, a propaganda, no outro, o artigo de opinião, definidos, ambos, pela função social dos textos, isto é, pelo campo em que ocorrem. As palavras cruzadas, neste caso, não são um gênero, são apenas uma forma de encenação da propaganda.

O principal problema deste tipo de análise, fundamento da “teoria da hibridização” ou “mescla de gênero” ou “intergenericidade”, consiste exatamente em fazer valer simultaneamente dois critérios, que, no entanto, são excludentes – ou, no máximo, complementares. O próprio texto das autoras demonstra isso, balançando ora em favor de um critério, ora de outro, para definir gênero: sua função ou sua forma. Segundo a tese de Bakhtin (seguida por Maingueneau, Fiorin e Barros), um gênero só pode ser caracterizado no interior de um campo. É neste espaço social que ele adquire ou não uma forma mais estável – e isso depende do funcionamento histórico do campo.

---

<sup>10</sup> As autoras não mencionam em que espaço do jornal este texto foi publicado; muito frequentemente, essa localização contribui fortemente para a determinação do gênero.

A descoberta (não tematizada explicitamente por Bakhtin) de que há casos em que um gênero se veste com a roupagem (forma) típica de outro obriga a resolver o problema. Só uma coisa é certa, segundo a doutrina de Balhtin: não se trata de dois gêneros, mas de um só, eventualmente com as roupas de outro, como um homem vestido de mulher ou um ladrão vestindo uniforme da polícia.

Além da contradição, necessária para defender a solução pelo recurso ao conceito de intergenericidade, há outra questão, que é ainda mais relevante. Não se poderia tratar desta questão sem investigar em quais campos (tipos, esferas) este fenômeno ocorre. A hipótese que parece mais óbvia é que, quanto mais “rígidos” (impessoais, operando pela ocultação de traços de subjetividade ou de singularidade) forem os campos, menor é a possibilidade deste jogo de gêneros. Inversamente, quanto maior for a expectativa (até mesmo a pressão) de “inventividade” e “novidade”, maior é este jogo.

No campo publicitário, por exemplo, o fenômeno é tão frequente que se torna quase impossível dizer qual seria a forma composicional típica de uma propaganda. Fenômenos similares ocorrem no campo filosófico: dos diálogos de Platão aos aforismos de Wittgenstein, passando pelos tratados de Descartes ou de Kant e Sartre, a diversidade de textos é bastante grande. Estas são tentativas de dar conta da questão empírica. Fenômeno similar ocorre na literatura e no humor: são campos em que se “espera” inventividade. Eventualmente, ela se caracteriza apenas pela adoção de formatos diversos (romance em forma de diário, poema em forma de receita etc.).

A explicação para esses fatos é que, quanto mais um campo é ou precisa simular que é um campo de expressão de subjetividade, de criatividade, de inventividade, maior é a possibilidade de haver “intergenericidade”. Quanto mais um campo supõe (ou impõe) procedimentos padrão – como a ciência – menor a chance de o fenômeno ocorrer.

O que permite prever que a ciência é o campo no qual a forma composicional do gênero permanece em grande medida intacta. Ou seja, nele não se vai encontrar a suposta intergenericidade. De fato, trata-se de um campo tal que, encontrando-se ao acaso um certo texto, pode-se apostar que é um *paper* ou um *abstract*. Apostas desse tipo, no entanto, são muito arriscadas nos campos da literatura (particularmente na poesia) e da publicidade. É que nunca se sabe que formato uma propaganda ou um poema pode vir a assumir, enquanto quase sempre se sabe como um artigo científico será redigido. Acrescente-se que, quanto mais estáveis forem os procedimentos internos de cada disciplina científica (física, biologia), mais estável será a forma do *paper*.

Há outros campos bastante rígidos: o direito (até por ser “conservador”) é um deles. Eventualmente, pode ocorrer que um juiz expeça uma sentença em forma de cordel. Será ainda uma sentença. Como se sabe? Pelos efeitos que produz. E, claro, por todos os outros elementos cruciais: o campo a que pertence (quem a assina, que posição ocupa seu autor, de qual processo este texto é parte etc.). Ou seja, será sentença se a decisão expressa for para valer, ou seja, equivalente ao efeito de uma sentença redigida segundo os padrões tradicionais (seu efeito não decorre só de sua forma, seja prototípica, seja rebelde, mas das práticas de um campo). O que a define é, portanto, sua função no campo jurídico. Pode-se apostar que será notícia nos jornais, na internet, exatamente por ter uma forma rara. Pode ser também que venha a ser invalidada em instância superior, por falta de decoro, talvez, pois se trata de um campo em que uma petição pode ser anulada pelo simples fato de faltar o tratamento formal do destinatário, “Meritíssimo”.

Um dos problemas empíricos, portanto, é verificar em que campos o fenômeno ocorre. Se não ocorrer em todos os campos (ou, se em alguns, for um fenômeno extremamente raro) e ocorrer sistematicamente em outros campos, esta uma constatação não basta (mas nem essa constatação é explicitada nos trabalhos que defendem a intergenericidade). Mas,

penso, dever-se-ia tentar uma explicação, pelo menos se se quer seguir Bakhtin.

Do ponto de vista da análise, isto é, da pesquisa, é claro que os melhores casos (semelhantes a experimentos cruciais) são aqueles em que os analistas devem decidir se um texto pertence a um campo ou a outro: conforme a decisão, é um certo processo de leitura preferencial que é disparado.

Por exemplo, incluir Vieira no campo literário tem implicações que não são fáceis: ou se leem seus textos como ficção (o que é praticamente impossível) ou se cria a obrigação de sustentar que um texto pode ser literário independentemente do campo em que funcionou originalmente, com base em algum outro critério. Por ser um monumento linguístico ou retórico, por exemplo. Mas logo se vê os riscos que se criam com decisões assim: logo se postulará a inclusão de Rui Barbosa, depois, de Affonso Arinos, mas, logo perguntarão por que não Roberto Marinho e Fernando Collor de Mello?

Outros casos interessantes são reportagens que podem parecer propagandas. Têm autores (repórteres), auxílio das sucursais, contêm informações com traços de novidade, alguma controvérsia (o outro lado): parecem reportagens. Mas, se forem propagandas de carro, de remédio, de um governante? Outro caso, bem comum, pelo menos no Brasil: juízes devem decidir, em períodos pré-eleitorais, se entrevistas de políticos são propaganda eleitoral ou não. O limite pode ser estreito. É quando a análise é fundamental. E ela deve(ria) ser consistente.

Em suma, o que tem que ser explicado é por que há gêneros com estrutura composicional mais fixa e outros que exploram formas menos fixas. O que se quer fazer num campo com essas manobras, e que efeitos de sentido se produzem, por exemplo, simulando que um romance é um diário, ou que uma propaganda de sabão em pó é um experimento científico?

Para teorias do discurso, um poema em forma de receita é um poema, enquanto gênero. Um analista do discurso pode ter problemas sérios para classificar um texto que parece slogan (pela forma), mas não é (pela função, como os muitos do *Desencannes*<sup>11</sup>), a exemplo de “Exame: a revista que te dá um toque”, “Títiti: uma revista para você, você, você”, “Golf: um carro para quem não gosta de Polo”.

Seria um chiste, uma paródia? Pode não ser uma decisão fácil. Mas uma coisa é certa: não é um slogan, pelo simples fato de que nunca circulou como slogan e nunca pretendeu vender nada – nem produtos, nem ideias. Portanto, não tem função social de slogan. Não pertence ao campo publicitário. Repito: que o texto tenha a forma de um slogan, mas não é slogan pode não ser fácil de explicar. Mas nem por isso se deveria procurar um desvio.

#### 4. Uma proposta de solução

A literatura põe à disposição dos pesquisadores uma hipótese que resolve o problema de outra maneira, compatível, inclusive, com a teoria bakhtiniana. Trata-se do conceito de cenografia, que, em poucas palavras, visa a dar conta do fato de que, em certos casos, um gênero assume formas diversas, e, eventualmente, uma forma que, dir-se-ia, é típica de outro gênero. A solução implica afirmar que não há intergenericidade, mas “encenações (talvez) inesperadas” de certos gêneros, segundo a tese acima esboçada: ocorre em certos campos, não ocorre em outros, em decorrência de fatores que visam a satisfazer características fundamentais desses campos. Exporei esta hipótese seguindo de perto um texto de Maingueneau.

Maingueneau (1998) propõe organizar a cena enunciativa em três (ou quatro) dimensões: cena englobante, cena genérica e cenografia (eventualmente, acrescenta-se uma cena validada).

---

<sup>11</sup> Ver [www.desencannes.com.br](http://www.desencannes.com.br)

A **cena englobante** corresponde ao tipo de discurso, a seu estatuto pragmático (para Maingueneau, “pragmático” tem a ver com o “modo de funcionamento social” dos discursos). Ao receber um panfleto na rua, o leitor precisa determinar se ele remete ao discurso religioso, ao político, ao publicitário etc. É esta decisão que define o tipo de interpelação do leitor (para fazer uma novena, votar em certo candidato etc.), ou, dito de outra maneira, princípios fundamentais de interpretação do texto. Essa caracterização mínima, que é histórica, define o estatuto dos parceiros e um certo quadro espaço-temporal. Não se pode falar de cena administrativa, publicitária, religiosa, literária etc. para qualquer sociedade ou para qualquer época, e as próprias relações entre essas cenas variam de uma conjuntura a outra, acrescenta o autor.

A cena englobante não é suficiente para especificar as atividades discursivas nas quais se encontram engajados os sujeitos. Eles se vêem confrontados com *gêneros de discurso* particulares<sup>12</sup>, com rituais sócio-linguageiros que caracterizam tais cenas genéricas. O gênero de discurso implica aspectos específicos: papéis, circunstâncias (em particular, um modo de inscrição no espaço e no tempo), suportes materiais, finalidades etc. Cada gênero de discurso define o papel de seus participantes: o panfleto eleitoral implica um “candidato” dirigindo-se a “eleitores”; uma aula implica um professor dirigindo-se a alunos etc.

As “cenas” englobante e genérica definem o espaço mais ou menos estável no interior do qual o enunciado ganha sentido, isto é, o espaço do tipo e do gênero de discurso. Em muitos casos, a cena de enunciação reduz-se a essas duas cenas. Mas, frequentemente<sup>13</sup>, outra cena pode intervir, a cenografia, que não é imposta pelo tipo ou pelo gênero de discurso, *mas é instituída pelo próprio discurso*.

Maingueneau exemplifica o fato com as primeiras *Provinciales* de Pascal. De um ponto de vista genérico, trata-se de um conjunto de libelos, inscritos em uma controvérsia religiosa. Mas não se apresentam

<sup>12</sup> E não simplesmente com textos! Texto, assim, é uma categoria pré-teórica.

<sup>13</sup> O que tem a ver com os campos em que ocorre a chamada “intergenericidade”...

como tais, mas sim como “cartas” dirigidas a um amigo na província. A cena epistolar, no caso, não é uma cena genérica, mas uma *cenografia* construída pelo texto, a cena de fala da qual o texto pretende originar-se, isto é, simula que se origina (isto é, não se trata do gênero carta, mas do gênero libelo, encenado como carta; consequentemente, não estão em funcionamento simultâneo dois gêneros, mas apenas um). Esses libelos poderiam ter se manifestado por meio de cenografias diferentes, sem que isso alterasse a cena genérica. A cenografia epistolar, como qualquer cenografia, tem por efeito fazer passar a cena englobante e a genérica ao segundo plano, de modo que o leitor se encontra em uma armadilha: se a cenografia é bem explorada, ele recebe esse texto primeiramente como uma carta, e não como um libelo. Em determinadas circunstâncias, este “engano” implica uma leitura completamente equivocada<sup>14</sup>.

A escolha da cenografia não é indiferente ou sem efeito: o discurso, desenvolvendo-se a partir de sua cenografia, pretende ser eficaz pela instituição da própria cena de enunciação que o legitima. O discurso impõe sua cenografia, de algum modo, desde o início; mas, por outro lado, é *por intermédio de sua própria enunciação que ele poderá legitimar a cenografia que impõe*, ressalta Maingueneau. Para isso, é necessário que faça seus leitores aceitar o lugar que pretende lhes atribuir nessa cenografia e, de modo mais amplo, no universo de sentido do qual ela participa. Qualquer tomada de palavra<sup>15</sup> implica, assim, a assunção de um risco (de incompreensão, de inadequação, de gafe etc.), sobretudo quando se trata de gêneros ou de tipos de discurso que têm necessidade de se impor contra outros pontos de vista e de tentar obter uma adesão que está longe de ser prévia.

---

<sup>14</sup> Um exemplo clássico é o de uma “reportagem” da *New Science*, que a revista *Veja* repercutiu, que informava sobre a descoberta do “boimate”. Acontece que era uma “pegadinha”, uma notícia de primeiro de abril (cf. <http://www.humornaciencia.com.br/noticias/boimate.htm>).

<sup>15</sup> Em também qualquerr leitura, pode-se acrescentar.

Para desempenhar plenamente seu papel, a cenografia não pode ser concebida como um simples quadro, como se o discurso viesse ocupar o interior de um espaço já construído e independente desse discurso: *a enunciação, ao se desenvolver, esforça-se por instituir progressivamente seu próprio dispositivo de fala*. Ela implica, portanto, um processo de *enlaçamento paradoxal*. Desde sua emergência, a palavra supõe uma determinada situação de enunciação, que, de fato, é validada progressivamente por meio da própria enunciação. Assim, a cenografia é, ao mesmo tempo, *origem e produto do discurso*; ela legitima um enunciado que, retroativamente, deve legitimá-la e fazer com que **essa cenografia da qual se origina a palavra seja precisamente a cenografia requerida por tal discurso**. Quanto mais o co-enunciador avança no texto, mais deve se persuadir de que aquela cenografia, e nenhuma outra, é a que corresponde ao mundo configurado pelo discurso.

São casos extremamente ilustrativos desse fato obras como *O discurso do método*, que se encena em francês (numa época em que se escrevia filosofia em latim") e num tom de conversação com um interlocutor que é o honnête homme, não um "scholar". Consdere-se, também fatos como os seguintes: as primeiras obras de Niezsche são tratados, mas não *A gaia ciência*, sequência de aforismos, encenação que representa materialmente o fato de que um certo tipo de razão é posto em questão. Dificilmente o *Tractatus lógico-philosophicus* teria o mesmo efeito se fosse "encenado" como as *Investigações Filosóficas*, e vice-versa. Na verdade, essas alternativas são impossíveis...

Eventualmente, uma cena de enunciação inclui uma *cena validada*: por exemplo, uma campanha eleitoral pode começar exibindo um grande número de assessores, reunidos em duplas ou trios, em mesas de reunião, de gravata, mangas arregaçadas, paletós nas cadeiras. São especialistas. Operários, por sua vez, aparecem de macacão, operando máquinas. Uma propaganda de sabão pode evocar um laboratório que faz experimentos científicos para verificar qual sabão lava mais branco, ou pode fundar-se

no depoimento de uma dona de casa que lava quotidianamente a roupa de seu marido ou das crianças.

Certas propagandas, mas também certos livros ou certos poemas, parecem mais relevantes por sua cenografia do que pelo que podem e devem dizer. Ou melhor: aquilo que podem e devem dizer é mais eficazmente dito porque são essas e não aquelas as cenografias em que se materializam.

Uma das questões empíricas, como ficou dito acima, é exatamente explicitar os campos em que este fato se tornou relevante, o que permite descobrir modos de funcionamento que os distinguem daqueles em que este fenômeno não ocorre ou, pelo menos, não é característico.

#### 4.1 Mais conteúdo empírico

Além de resolver sem conceitos *ad hoc* as manobras que se fazem em certos campos, a tese de Maingueneau explica outras questões há tempo postas em suspenso. Por exemplo, como definir crônica? Outra: letra de música é poesia? As respostas se tornam quase óbvias.

Simplesmente não é necessário que um texto tenha uma composição uniforme ou pouco variável para ser uma crônica. Nem mesmo sua temática (os assuntos de que trata) precisa ser única ou restrita. Sendo um pouco simplista, é crônica qualquer tipo de texto que apareça periodicamente na mesma página de jornal ou revista, assinada por determinado autor (em geral, trata-se de autores com outra produção - Drummond era poeta, Machado, romancista e poeta etc.). Eventualmente, algum autor assume estatuto literário sendo apenas cronista (Rubem Braga), mas trata-se de exceção.

Letra de música não é poesia pelo simples fato de que é feita para ser cantada e não para ser impressa e lida (em geral, solitariamente). E, de fato, é cantada e não é lida (quando é, como na escola, às vezes, deixa de ser letra, assim como um editorial, nas mesmas condições, passa ser apenas um texto argumentativo). O fato de que, eventualmente, tenha

“qualidades” poéticas (rimas, ritmo, “metáforas”...) ou venha a ser impressa não a torna poesia, historicamente. E as poesias musicadas? São poesias musicadas, um pouco como Vieira ou Pascal são literatos...

Dizer de um letrista que é poeta é mais ou menos como dizer de um jornalista que “escreve bem” que é um literato. Reportagens “bem escritas” (com algumas metáforas e começos “romanescos” – o sol estava surgindo /nascendo, a estrada era poeirenta, havia um silêncio no ar, a areia era escaldante...) são apenas bem escritas (ou são apenas clichês?). Aliás, às vezes são mal escritas e não são boas reportagens, exatamente porque o jornalista tem veleidades literárias. Se quiser ser literato, por que não escreve um romance?<sup>16</sup>

## Conclusão

Em nossos campos de trabalho, as hipóteses devem ou não ser submetidos à refutação? Respondendo que sim, pretendermos dizer que valem critérios de verdade similares aos das ciências experimentais (se se descobre que o neutrino é mais veloz do que a luz, grande parte da física tem que mudar). Respondendo que não, pode ser que se aceite que adotar uma ou outra teoria é apenas uma questão de gosto ou crença. Corre-se o risco de tornar verdadeira a acusação de que, nas ciências da linguagem, valem quaisquer soluções, já que são subjetivas.

No caso em questão, um dilema está posto (claro, se o problema não passar simplesmente desapercebido, porque, assim como não se cita o “outro”, ele também não é lido): deve-se proceder como em outros campos, como a física e a biologia, nos quais novas teses são aceitas quando seu fundamento empírico é sólido (alternativamente, tenta-se manter uma hipótese pela refutação da adversária), ou pode-se fazer de conta que não há controvérsia ou competição teórica?

---

<sup>16</sup> O pior é que, às vezes, escreve, como foi o caso de Edney Silvestre, que, aliás, escreveu dois em pouco tempo, e nos ameaça constantemente com outros.

Se esta última não é uma posição adequada, seria necessário adotar uma das seguintes alternativas: aceitar o conceito de cenografia ou refutar esta explicação. Qualquer outra decisão implica reconhecer que, em nossos trabalhos, não precisamos ter compromissos com a “verdade”, mas apenas com as teorias que aceitamos independentemente da qualidade das explicações (mas, no caso, continuam sendo teorias?). Nos congressos, ouviremos só os nossos, e nos satisfaremos fundamentalmente com a familiaridade das ideias. Como se fôssemos à reunião do nosso partido ou à nossa igreja.

Penso ter posto na mesa alguns fatos. O principal deles é que a questão aqui posta no centro do debate – “intergenericidade” – seja encarada a partir da consideração dos campos em que ocorre e daqueles em que não ocorre – ou ocorre raramente. Em segundo lugar, que se verifique novamente (que se reanalismem textos) para garantir que se trata de dois gêneros “convivendo”: é que nos casos considerados, trata-se sempre de um só gênero – uma dada forma composicional; o “outro” é um tipo ou campo – tem uma função social.

Para encerrar: não quero afirmar simplesmente que há um erro nas análises que operam com conceito de intergenericidade. Estou totalmente disposto a reconsiderar a tese de que a hipótese alternativa (a de Maingueneau) seja a solução do problema. Mas creio poder afirmar com todas as letras que aquelas análises não podem invocar uma filiação bakhtiniana, porque em tal invocação há certamente um erro de interpretação das teses de Bakhtin.

## Referências

- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes. 1992/2010.

BARROS, D. L. P. de. A construção discursiva dos discursos intolerantes. In: BARROS, D. L. P. de (Org.). **Preconceito e intolerância; reflexões linguístico-discursivas**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2011. pp. 255-270.

CREASE, R. P. **Os 10 mais belos experimentos científicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2006.

DARNTON, R. Um assassinato sentimental. In: **Caderno MAIS!** Folha de S. Paulo, 13 de junho de 2004. pp. 9-12

DASCAL, M. Epistemologia, controvérsias e pragmática. In: **Revista da SBHC**, 12. 1994. pp. 73-98.

FIORIN, J. L. Leitura: gêneros textuais e processos de referenciação. In: MARI, H.; WALTY, I.; VERSIANI, Z. **Ensaio sobre leitura**. Belo Horizonte: Editora PUCMinas. 2005. pp. 101-117

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola. 1971

HELLMAN, H. **Grandes debates da ciência**: dez maiores contendas de todos mos tempos. São Paulo: Editora da Unesp.1999.

KOCH, I. V. e ELIAS, V. M. **Ler e compreender os sentidos do texto**. São Paulo: Editora Contexto. 2006.

LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. São Paulo: Editora Busca Vida. 1987.

MAINIGUENEAU, D. **Análise de textos de comunicação**. São Paulo: Cortez Editora. 1998.

\_\_\_\_\_. **Gênese dos discursos**. São Paulo: Parábola Editorial. 1984.

PASSERON, J.-C. **O raciocínio sociológico**. Petrópolis: Vozes. 2006.

ROJO, A. **Borges e a mecânica quântica**. Campinas: Editora da UNICAMP. 2011.

ROUDINESCO, E. **Filósofos na tormenta** - Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Rio de Janeiro: Zahar. 2077